

COLEÇÃO

**CARREIRAS
POLICIAIS**

COORDENADORES
EDUARDO FONTES
HENRIQUE HOFFMANN

Eduardo Fontes | Henrique Hoffmann | Daniel Buchmüller

COMO SER APROVADO

2020

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Capítulo 3

Planejamento dos estudos

3.1. INTRODUÇÃO

O planejamento dos estudos visa ajudar o aluno a otimizar o seu tempo, dividir os temas a serem estudados durante a semana, bem como criar metas diárias a serem cumpridas, para que possa perceber a evolução no seu aprendizado, sabendo ao certo quais são as suas dificuldades e o que deve ser melhorado.

Não existe milagre para ser aprovado no concurso público. É preciso investir em tempo e estratégia de estudo.

Tempo de estudo nada mais é do que *bunda na cadeira*, ou seja, aquele período em que você abre mão de todo o resto para se dedicar a aprender e memorizar.

Estratégia de estudo envolve constatar o conteúdo exigido no edital do cargo que você pretende conquistar, organizar a quantidade e divisão do estudo, realizar revisão e utilizar os melhores métodos de estudo com base no melhor material e nas melhores aulas disponíveis.

Quando se escolhe para qual concurso público se dedicar, já damos o primeiro passo para atingirmos o nosso objetivo. Assim podemos focar com mais qualidade os nossos estudos que serão totalmente direcionados para o cargo almejado. Com isso, não

perdemos tempo com matérias que não serão interessantes para a nossa preparação e otimizamos o nosso tempo.

Ao decidir estudar para o concurso, o aluno deverá primeiramente analisar o edital para saber quais são as exigências básicas, as suas etapas, quais matérias são cobradas e com qual incidência. Precisa também conferir as provas anteriores daquele certame para notar o nível de dificuldade que costuma ser exigido.

Importantíssimo também pesquisar sobre as bancas examinadoras, a fim de saber qual o estilo das questões da prova.

Por essa razão, o aluno precisa escolher um concurso como seu grande foco, nada impedindo que preste outros certames correlatos. O que não deve fazer de forma alguma é *sair atirando para todos os lados*, submetendo-se a concursos com disciplinas e exigências completamente distintas.

Com a definição do conteúdo, quantidade e divisão do estudo, bem como seu método de preferência, é preciso colocar a *mão na massa*. Tendo em mente que o mais importante não é a quantidade de horas estudadas, mas sim a qualidade do estudo e a sua regularidade.

Não se esqueça do aviso do político e advogado Rudolph Giuliani: **quando a preparação é intensa e sistemática, qualquer coisa diferente será apenas uma pequena variação daquilo para o que você se preparou.**

3.2. CONTEÚDO DO ESTUDO

A primeira coisa a ser feita quando se pretende realizar um cronograma de estudos é analisar o conteúdo programático do edital do concurso almejado, o que possibilitará que o candidato saiba ao certo quais matérias serão cobradas, e a incidência dessas disciplinas na prova.

Quando não há ainda um edital publicado para o concurso meta, deve-se analisar o edital anterior, ou seja, o do último concurso

público realizado. Assim, o aluno certamente terá uma boa noção do que está por vir no próximo edital, já que não costuma haver grandes alterações entre um e outro.

Por óbvio, aconselhamos que o candidato não espere publicar o edital para começar os seus estudos. Esse é um erro crasso. Sabemos que muitos candidatos são movidos tão somente pela abertura de editais de concurso. Hibernam durante o ano inteiro e quando o edital é publicado tentam recuperar todo o tempo perdido. Resultado da prova? Vai ter que aguardar o próximo edital. Portanto, a análise do edital e a elaboração do planejamento de metas semanais devem ser feitas com uma boa margem de antecedência, possibilitando um estudo aprofundado e de qualidade.

Digamos que o aluno queira se preparar para o concurso público de delegado de Polícia Federal. Assim, deverá procurar o último edital e analisar com calma o seu conteúdo programático, bem como a respectiva prova para conferir a quantidade de questões de cada disciplina, o que pode ser esquematizado da seguinte forma:

Disciplina	Nº de questões na Prova Objetiva	Prova Dissertativa e Oral
Direito Constitucional	15	exigidas
Direito Administrativo	19	
Direito Penal	20	
Direito Processual Penal	20	
Legislação Penal Especial	19	
Criminologia	5	não exigidas
Direito Civil	2	
Direito Processual Civil	1	

Capítulo 4

Métodos de estudo

4.1. FORMAS DE ESTUDAR

Não existe fórmula mágica ou um método de estudo milagroso. O que há, são formas diversas de se estudar e aprender, e, certamente, muitas funcionam e devem ser utilizadas. O conhecimento pode ser adquirido de diversas maneiras. O mais importante é assumir diante do livro e da aula uma **postura ativa** (de questionamento, e não de comodismo).

Nesse sentido, em vez de se sentar passivamente perante as lições do professor, tenha **curiosidade**. Faça a si mesmo de antemão perguntas a serem respondidas durante a exposição da matéria, procurando respostas sobre a lógica e a importância da matéria.

Exemplo:

- Leitura: Art. 4º do CPP. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- Perguntas mentais: As autoridades policiais desempenham as funções em qual instituição? Polícia Judiciária. As autoridades atuam em qual esfera? No território de suas respectivas circunscrições. Qual a finalidade da Polícia Judiciária? Apuração das infrações penais e da sua autoria.

Ao fazer **perguntas**, além de se obrigar a refletir sobre o que acabou de ler e se abster de passar adiante sem entender, permite melhor memorização e o eventual surgimento de dúvidas ou conexões com outros pontos da matéria.

Estudar é como montar um quebra-cabeça, em que você primeiro enxerga o todo por meio de um olhar superficial, passa a realizar os primeiros encaixes já com certa habilidade, e por fim realiza os encaixes finais com domínio completo sobre a atividade.

O estudo pode ser dividido nas seguintes **etapas**:

a) procura: exame prévio da matéria, criando a curiosidade sobre o que será estudado;

b) perguntas: formulação de indagações acerca do que se quer aprender;

c) análise: leitura do texto ou acompanhamento da aula para absorver as informações;

d) revisão: verificar novamente o conteúdo.

Se estiver distraído e com pouca concentração, acompanhe a leitura com os dedos ou uma régua, para cadenciar o estudo, até retomar o ritmo.

Há alunos que só estudam fazendo resumo, e há outros que não gostam deste método e preferem grifar os pontos mais importantes, criar mapas mentais e processos mnemônicos, ou fazer breves anotações. Os métodos não são excludentes. Em qualquer caso, o candidato tem plenas condições de ser aprovado no concurso, devendo optar pelo que mais lhe agrada e ajuda no momento do seu aprendizado.

Considere o custo-benefício de cada método. O resumo gasta mais tempo, mas costuma fixar bem o conteúdo por exigir o tempo todo uma participação ativa do estudante. Outros métodos são mais ágeis, mas nem sempre contemplam tempo suficiente para o conhecimento ser devidamente fixado na memória.

Lembre-se que o ponto crucial reside na realização de um **estudo ativo**, fazendo a leitura e buscando a informação principal e

as secundárias, as causas e consequências, os prós e contras, ou seja, completar uma análise mental do tema.

Ao assistir uma aula, quando o aluno realiza anotações daquilo que o professor está ensinando, de certa forma já está preparando seu próprio resumo da matéria ministrada, pois na medida em que o professor explica determinado conteúdo, o aluno transcreve para o caderno, ficha ou arquivo digital aquilo que entendeu.

Ao resumir um livro, o aluno deve se utilizar desta mesma técnica, evitando ao máximo transcrever *ipsis litteris* o material, mas sim redigir com suas palavras o que foi absorvido. Este processo irá ajudar muito na sua memorização, pode confiar.

Como dito, existem outros métodos que podem ser empregados, alternativa ou cumulativamente:

a) Palavras-chave: o aluno sintetiza uma frase utilizando-se apenas de suas palavras chaves.

homens = mulheres (art. 5º, inciso I, da Constituição) => direitos / obrigações

b) Estrutura de tópicos: o aluno deverá dividir os tópicos hierarquizando os assuntos com subtópicos.

1) Classificação das penas:

a) penas privativas de liberdade;

a.1) regime fechado: a execução da pena se dará em estabelecimento de segurança máxima ou média;

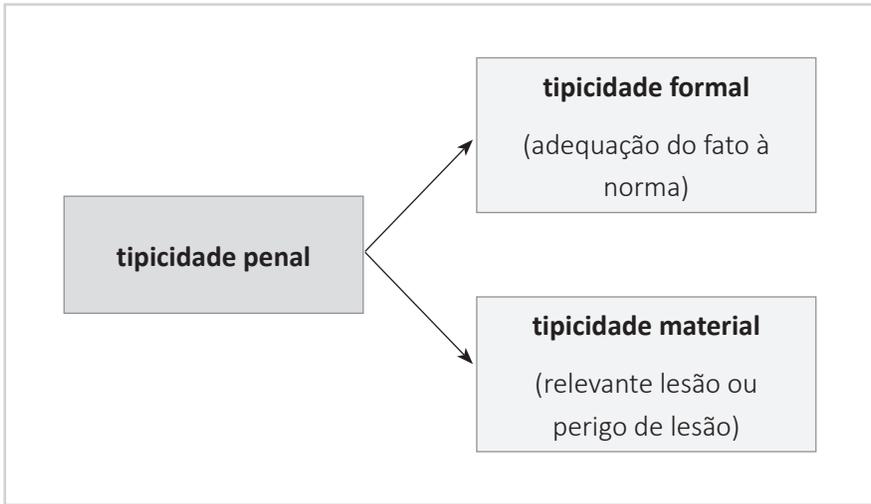
a.2) regime semiaberto: a execução da pena se dará em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;

a.3) regime aberto: a execução da pena se dará em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

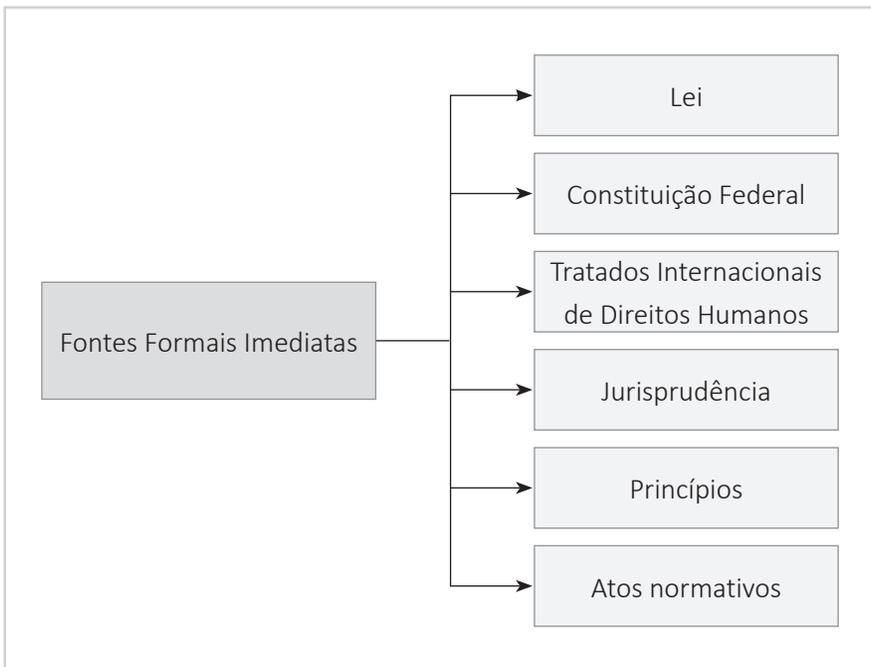
b) penas privativas e restritivas de direito;

c) penas pecuniárias.

c) **Conexões com setas:** o aluno liga conceitos com setas ou colchetes para facilitar a memorização, estimulando, inclusive sua memória visual.



d) Agora veja esse **esquema com colchetes:**



Capítulo 8

Prova oral

8.1. INTRODUÇÃO

A prova oral é uma fase muito temida pelos candidatos, pois é o momento de enfrentar, face a face, o examinador. Como a maioria não possui treinamento suficiente de oratória, o fato de ter que se comunicar com rapidez e improviso acaba gerando uma **tensão** incomum nos candidatos.

É absolutamente normal grande nervosismo ao se deparar com essa etapa, pois diversos alunos não gostam de falar em público. No entanto, a prova oral não tem nenhum segredo.

O aluno deve ter em mente que, se chegou até a derradeira etapa teórica do certame, está mais do que comprovado que **possui vasto conhecimento jurídico**, pois superou as demais fases teóricas do concurso, que são as que mais eliminam os candidatos. Não deve ter receio exacerbado, até porque na prova oral costuma haver poucas reprovações.

Ao se deparar pela primeira vez com essa prova, sugerimos ao aluno a realização de **treinamento específico**. Afinal, não se trata *apenas* de responder juridicamente às indagações. Exige-se do candidato outras qualidades que vão além do conhecimento jurídico, daí a importância de um treino sério a ser realizado por equipe especializada.

É comum a previsão editalícia de que, no dia de realização da prova oral, em cada turno, os candidatos permanecerão isolados em uma sala de espera. Durante esse período, fica vedada a consulta material de consulta e a realizar qualquer tipo de anotação.

8.2. CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

Cada banca examinadora é livre para estabelecer em edital os critérios de correção da prova oral.

Tomando como base o concurso para delegado de Polícia Federal de 2018, temos os seguintes parâmetros:

- a) **domínio do conhecimento jurídico;**
- b) **articulação do raciocínio;**
- c) **capacidade de argumentação;**
- d) **uso correto do vernáculo.**

Em que pese nem sempre constar expressamente, a **confiança e postura** demonstradas pelo candidato certamente são consideradas pelo examinador. Até para ser um complemento da avaliação psicológica a fim de detectar a compatibilidade ou não do aluno com o perfil exigido pelo cargo.

Geralmente, na prova oral há um **sorteio** de pontos, que são os tópicos do conteúdo programático do edital. Por isso é importantíssimo que o aluno saiba dissertar sobre cada um desses temas, o que demanda muito treino.

8.3. COMO ESTUDAR PARA A PROVA ORAL

Geralmente, as perguntas são formuladas oralmente pelo próprio examinador. Nesses casos, as questões costumam girar em torno de conceitos, natureza jurídica e diferenças entre os institutos.

Capítulo 12

Exame Psicológico (Psicotécnico)

Diga-se, de início, que segundo a jurisprudência a exigência de exame psicotécnico é legítima quando prevista em lei e no edital, a avaliação estiver pautada em critérios objetivos e o resultado for público e passível de recurso.

O exame psicológico tem caráter unicamente **eliminatório** (podendo excluir candidatos inaptos), e não classificatório (não alterando a classificação no concurso).

Muitos candidatos pensam que o teste de aptidão psicológica serve somente para confirmar se a pessoa possui algum comprometimento de ordem psicológica ou mental, mas isso não está correto. Este teste é aplicado para analisar se o candidato tem o **perfil psicológico adequado** para o exercício do cargo.

Conforme orientações de concurso para carreiras policiais:

PF, CESPE, 2018

Considera-se avaliação psicológica o processo sistemático, realizado mediante o emprego de um conjunto de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato, com deficiência ou não, com as atribuições do cargo.

O resultado obtido na avaliação psicológica poderá ser conhecido apenas pelo candidato ou por ele acompanhado de um psicólogo, que não tenha feito parte da banca examinadora, constituído às suas expensas, que irá assessorá-lo, no local e perante o psicólogo designado pelo Cebraspe.

Durante a Sessão de Conhecimento das Razões de Inaptidão será entregue ao candidato o seu respectivo laudo psicológico.

Segundo definição contida na Resolução 2/03 do Conselho Federal de Psicologia, os testes psicológicos são:

procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos.

A avaliação psicológica busca verificar, entre outros:

a) **capacidade de concentração e atenção;**

b) **capacidade de memória;**

c) **tipos de raciocínio;**

d) **características de personalidade** como: controle emocional, relacionamento interpessoal, extroversão, altruísmo, assertividade, disciplina, ordem, dinamismo, persistência, entre outras.

Avalia também as características de personalidade restritivas ou impeditivas ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo pleiteado como, por exemplo, agressividade inadequada, instabilidade emocional exacerbada, impulsividade inadequada e ansiedade exacerbada.

Para observarmos bem como esse tipo de teste vem disposto no documento de abertura do certame, veja a seguir o que estabeleceu edital de concurso para delegado de polícia:

PCMS, FAPEMS, 2017

13.4. Os instrumentos utilizados para avaliar o perfil psicológico do candidato, a fim de verificar sua capacidade de adaptação e seu potencial de desempenho positivo, serão definidos segundo os critérios